

A formação das *ciudades-gêmeas* Ponta Porã-Pedro Juan Caballero

The formation of the *twin-cities* Ponta Porã-Pedro Juan Caballero

Márcio Gimene de Oliveira – gimene12@gmail.com
Doutorando em Geografia pela UFRJ

Trabalho apresentado no II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder - I Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços. Foz do Iguaçu, 2011.

Resumo: Neste artigo faço um resgate histórico da formação das *ciudades-gêmeas* Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, situadas na Fronteira Brasil-Paraguai. A análise concentra-se nas interações espaciais verificadas nessas cidades em que o limite entre o lícito e o ilícito se apresenta de forma tênue. Na primeira seção abordo a ocupação territorial destas cidades como decorrência das atividades da Companhia Matte Larangeira, que utilizava especialmente o porto de Concepción para escoar a produção pelo rio Paraguai em direção à Argentina. Na segunda seção são apresentadas as tentativas de diversificação produtiva, com destaque para o surgimento dos cultivos de café e *marijuana* (maconha). A terceira seção trata da ascensão do comércio de reexportação, beneficiando-se das distinções normativas entre Brasil e Paraguai, o que oferecia oportunidades de negócios na fronteira. Em seguida são apresentadas as considerações finais.

Palavras-chave: América do Sul; Brasil; Paraguai; Ponta Porã; Pedro Juan Caballero; Fronteiras.

Abstract: This paper surveys a history analysis of the formation of the *twin-cities* Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, situated in Brazil-Paraguay Border. The analysis focuses on spatial interactions recorded in these cities that the boundary of licit and illicit activities is very difficult to distinguish. In the first section I discuss territorial occupation of these cities as a result of the activities of Companhia Matte Larangeira. In the second section are presented the productive diversification attempts, highlighted the emergence of coffee and *marijuana*. The third section deals with the rise of re-export trade, taking advantage of regulatory distinctions between Brazil and Paraguay, which offered business opportunities at the border. Below are presented the final considerations.

Key-words: South America; Brazil; Paraguay; Ponta Porã; Pedro Juan Caballero; Borders.

Introdução

Neste artigo faço um resgate histórico da formação das *idades-gêmeas* Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, situadas na Fronteira Brasil-Paraguai. Parte-se do reconhecimento de que as *idades-gêmeas* são “lugares onde as simetrias e assimetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis” (BRASIL, 2005, p.144) e “adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – [que] apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania” (BRASIL, 2005, p.152).

Interessam-nos em particular as interações espaciais verificadas em *idades-gêmeas* associadas ao tênue limite que distingue o lícito do ilícito. Na América do Sul as origens desta questão remontam ao período colonial, quando “a limitação extremada do conceito de comércio lícito, resultou num alargamento considerável do conceito de contrabando” (CANABRAVA, 1984, p.78). A esse respeito Machado (2000, p.10) nos lembra que “a história dos povos e das instituições mostra que se a noção de legalidade e ilegalidade é intrínseca a toda organização social, a condição legal ou ilegal de qualquer ação é mutável no tempo e no espaço”. Daí a importância de entendermos que “a complexidade dos caminhos traçados pelos circuitos [legais e ilegais] não é necessariamente um reflexo da complexidade dos circuitos mas da complexidade do território. Sendo assim, não é possível pensar o território como algo sobre o qual se atua, e sim como algo com o qual se interage” (MACHADO, 2000, p.13).

Na Fronteira Brasil-Paraguai essas questões aparecem com ênfase nas *idades-gêmeas* Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Foz do Iguaçu-Ciudad del Este. Neste artigo trataremos de Ponta Porã-Pedro Juan Caballero. Na primeira seção abordo a ocupação territorial verificada nestas cidades como decorrência das atividades da Companhia Matte Larangeira, que utilizava especialmente o porto de Concepción para escoar a produção pelo rio Paraguai em direção à

Argentina. Na segunda seção são apresentadas as tentativas de diversificação produtiva, com destaque para o surgimento dos cultivos de café e *marijuana* (maconha). A terceira seção trata da ascensão do comércio de reexportação, beneficiando-se das distinções normativas entre Brasil e Paraguai, o que oferecia oportunidades de negócios na fronteira. Em seguida são apresentadas as considerações finais.

Companhia Matte Larangeira: base da ocupação territorial

Por volta de 1793 o português Antonio Garcia criou um pequeno estabelecimento comercial nos chamados *campos de Jeréz*¹, uma zona aldeã próxima às atuais cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (GOIRIS, 1999, pp.129 e 152). No entanto, um processo de adensamento mais efetivo da ocupação nessa área da Fronteira Brasil-Paraguai só ocorreria após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-70). As terras férteis e os ervais em particular atraíram o interesse de Thomaz Larangeira, fornecedor de víveres que acompanhava a Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai. Larangeira estabeleceu-se em 1877 como comerciante na cidade paraguaia de Concepción, às margens do rio Paraguai. Com seus contatos comerciais se aproximaria do português Francisco Mendes, que obteve na Argentina patente para beneficiamento da erva-mate (BIANCHINI, 1998, p.93). E valendo-se da amizade com Enéas Galvão, Presidente da Província de Mato Grosso, Thomaz Larangeira obteve autorização, em dezembro de 1882, para explorar os ervais mato-grossenses (BIANCHINI, 1998, p.84).

O fim da guerra possibilitou a reabertura da livre navegação no rio Paraguai, o que facilitava a exportação da erva-mate para a Argentina, onde era realizada a industrialização e a comercialização. Do lado paraguaio destacava-se a *Industrial Paraguaya*, que a partir de 1879 monopolizou a exploração da erva-mate no Alto Paraguai. Mas seria a iniciativa de Thomaz Larangeira e seus associados que assumiria uma escala de atividades sem precedentes para a área fronteiriça. O comércio foi impulsionado também pelo

¹ Em alusão às duas fundações de Santiago de Jeréz, em 1593 e 1599 (GOIRIS, 1999, p.129).

acordo entre Brasil e Paraguai, em 1883, pelo qual todos os produtos e manufaturas paraguaias ingressavam livres de impostos em Mato Grosso e vice-versa. Muitos produtos europeus entravam na província brasileira como se fossem paraguaios. Em contrapartida, o Brasil assegurava a saída das suas exportações de erva-mate e pecuária de Mato Grosso via Concepción, descendo o rio Paraguai (RAMÍREZ, 2002, p.235).

Em 1891, novo decreto, de 4 de julho, concedia autorização “a Thomaz Larangeira para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Matte Larangeira, com os estatutos que a este acompanham” (apud BIANCHINI, 1998, p.89). A empresa nascia como uma sociedade entre Thomaz Larangeira e o recém criado Banco Rio e Matto Grosso, presidido por Joaquim Murtinho². No ano seguinte, ainda com Thomaz Larangeira “desprovido de capitais para alargar a produção e firmar a qualidade de seu produto no mercado de Buenos Aires, juntou-se à firma Francisco Mendes & Cia, daquela praça” (BIANCHINI, 1998, pp.91).

Ampliando o leque de associados, Larangeira conseguiu consolidar a atividade. A erva mato-grossense era transportada por carretas, passado por Punta Purá (atual Pedro Juan Caballero) rumo à Concepción, de onde seguia pelo rio Paraguai até a Argentina. Na volta, os *boyeros* (condutores das carretas) levavam mercadorias de primeira necessidade como açúcar, sal e azeite. Goiris (1999, p.157) informa que desde 1862, com as anotações do coronel Francisco Isidoro Resquín, já se fazia referência à localidade de Punta Porá, posto que o coronel paraguaio traçava planos para a futura *Campaña de Mato Grosso*, que iniciaria a Guerra da Tríplice Aliança. No entanto, somente a partir de 1893, quando Pablino Ramírez estabelece um pequeno comércio na localidade, é que se inicia o efetivo povoamento (GOIRIS, 1999, pp.154-155).

² Joaquim Murtinho seria posteriormente homenageado por Corrêa da Costa, Superintendente do Banco Rio e Matto Grosso, que chegara a escolher “para base de operações [da Matte Larangeira] a antiga fazenda três Barras, à margem esquerda do Paraguay, onde abriu o porto, a que, em homenagem ao seu mestre e amigo, deu o nome de Porto Murtinho” (Corrêa Filho apud BIANCHINI, 1998, p.90). Bianchini (1998, p.90) explica que “Corrêa da Costa transferiu não só a Sede da Empresa Matte Larangeira, para Porto Murtinho, que até então se situava em Vila Conceição, como também planejou e construiu a via férrea S.Roque através dos pantanais, tornando assim mais fácil o acesso à mata ervateira”.

A partir do núcleo formado por Pablino Ramírez a localidade de Punta Porá vai crescendo com a vocação de entreposto comercial, sendo fundada oficialmente em 1901³, já com o nome de Pedro Juan Caballero⁴. Em 1897 o Paraguai revoga o acordo que isentava da cobrança de impostos as mercadorias oriundas do Mato Grosso. A justificativa foi que a erva-mate brasileira circulava livre de impostos nos dois países enquanto que sobre a erva-mate paraguaia era cobrado imposto de exportação. Como represália o governo brasileiro proibiu o tráfico comercial paraguaio que abastecia o Brasil. Isso fez com que, ao final do século XIX, comerciantes de Concepción se estabelecessem em Punta Purá (atual Pedro Juan Caballero), ampliando o núcleo comercial iniciado por Pablino Ramírez. Tendo em vista as distinções normativas características de áreas de fronteira, muitos comerciantes introduziam produtos europeus no mercado brasileiro mediante práticas de contrabando (RAMÍREZ, 2002, p.235).

Do lado brasileiro a cidade de Ponta Porã começou a se formar em frente ao que se chamava *picada de Chiriguelo*, local onde se armazenava a erva-mate para ser transportada ao porto de Concepción. Em 1892 chega à cidade o capitão João Antonio de Trindade, que havia lutado na guerra. Conforme aponta Goiris (1999, p.178), “es posible que João Antonio de Trindade, quien ejerció por muchos años el cargo de Juez de Paz, haya sido, si no el fundador, al menos el primer poblador de Ponta Porã”. No ano seguinte chegaram famílias de emigrantes gaúchos derrotados na chamada Revolução Federalista. No início do século XX a cidade recepcionaria espanhóis, portugueses, italianos e uruguaios, atraídos pela expectativa de progresso na fronteira. Visando melhor organizar esse processo de ocupação, foi criado em

³ Há uma controvérsia em relação à data de fundação da cidade. Em 1899 é criada por decreto uma *Comisaría Policial* em Punta Porá. E, em 1901, outro decreto muda o nome de Punta Porá para Pedro Juan Caballero, convertendo-a em departamento emancipado do departamento de Villa Concepción. Há quem defenda que a primeira data seja a mais representativa (GOIRIS, 1999, pp.161-167).

⁴ A adoção do nome Pedro Juan Caballero não surgiu de aspirações da população local. Foi uma iniciativa do Congresso Nacional paraguaio, que pelo decreto de 1901 homenageava os heróis da independência. Assim, Punta Porá virou Pedro Juan Caballero, Santa Clara passou a se chamar Iturbe e Colonia Nacional mudou para Yegros. Somente a partir de 1920, quando foi erguida uma estátua na cidade em homenagem ao capitão insurgente, que a população local passaria a adotar em seu cotidiano o nome de Pedro Juan Caballero (GOIRIS, 1999, pp.171-172).

1912 o Município de Ponta Porã, separando-se do Distrito de Bela Vista, ao qual pertencia. E em 1919 é criado na cidade o 11º Regimento de Cavalaria, visando salvaguardar a soberania brasileira (GOIRIS, 1999, pp.179-181).

Pode-se dizer que os maiores beneficiários da exploração da erva-mate foram os empreendedores situados na Argentina, que concentravam a tomada de decisões e as atividades de maior valor agregado: a industrialização e a comercialização. Tanto que a Matte Larangeira começa a entrar em decadência justamente quando cresce a produção de erva-mate no país platino, especialmente no entorno de Corrientes e Misiones, a partir de 1925 (Goiris, 1999, p.135). Mas também se deve reconhecer que contribuíram para a decadência da empresa dois fatores adicionais: a Guerra do Chaco (1932-1935) e a nova realidade política vivida no Brasil após 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da república.

Apesar das possíveis críticas aos métodos utilizados pela Matte Larangeira, o fato é que a exportação da erva-mate por via fluvial, passando pelo porto de Concepción, marcou um período de prosperidade na área fronteiriça entre Brasil e Paraguai. Não apenas nas proximidades das atuais cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, mas em toda a zona que vai de Porto Murtinho (BR) até Guaíra (PY). A Matte Laranjeira construiu casas, edifícios, oficinas, represa de concreto, canal adutor de água, instalações de luz, hospital, farmácia e até uma curta estrada de ferro. Desta estrutura física nasceram cidades como Porto Murtinho (BR), Bela Vista (BR), Bella Vista (PY), Ponta Porã (BR), Pedro Juan Caballero (PY), Guaíra (BR) e Guaíra (PY).

Tentativas de diversificação produtiva

Embora enfraquecido pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (inaugurada em 1910 e completada entre 1917 e 1920, ligando Mato Grosso ao litoral brasileiro), o eixo Ponta Porã-Pedro Juan Caballero-Concepción continuou em operação, com o transporte de erva-mate situando-se entre as atividades mais importantes da região nas décadas de 1920 e 1930. As carretas puxadas por bois eram o meio de transporte dominante. Geralmente os *boyeros* (condutores das carretas) viajavam em grupos de até 15 carretas para se defenderem dos *yaguarete-avá* (nativos vestidos de

leopardo) que atacavam e saqueavam as mercadorias. De acordo com Goiris (1999, p.246), na década de 1930 trafegavam nesta rota entre 300 e 400 carretas.

Os artigos de primeira necessidade vinham pelo rio Paraguai de Assunção até Concepción, onde eram transferidos para as carretas que retornavam para Pedro Juan Caballero. O *boyero* Ramón Torres (apud GOIRIS, 1999, p.247) explica: "a la vuelta de Concepción transportábamos mercaderías en general, grasa, sal, fideos, galletas, todos los artículos de primera necesidad para los almacenes".

Na década de 1940 se inicia uma nova fase com a introdução de pequenos caminhões do tipo *fordeco*. Era um avanço técnico importante, embora ainda limitado pelas precárias condições da estrada, especialmente em épocas de chuva: "el barro y el lodazal hacían imposibles el paso de los vehículos" (GOIRIS, 1999, p.248). De acordo com Goiris (1999, p.248), "uno de los grandes obstáculos para el progreso económico de la región del Amambay fue, desde siempre, la falta de verdaderas rutas o carreteras". O autor aponta que "las famosas *clausuras de rutas*, que ocurrían tras las lluvias, aglomeraban, al costado de una ruta, coches, camiones y personas por espacio de tiempo que llegaban a más de 15 días. Esta dramática situación generaba todo un esquema de venta de alimentos, de coimas y de cobros irregulares e ilegítimos de 'peajes', 'impuestos', 'ayudas' y 'favores', por parte de *autoridades y pseudoautoridades*" (GOIRIS, 1999, p.249).

Apesar das dificuldades logísticas, nas décadas de 1950 a 1970 ocorre um avanço das atividades econômicas na fronteira com as tentativas de cultivo de café. Acreditava-se que os bosques virgens e a qualidade e baixo preço das terras seriam estímulos a esse cultivo. Quem bem aproveitou este nicho foi o estadunidense Clarence Johnson, que chegou a Pedro Juan Caballero com a idéia de vender a estrangeiros parcelas de terras com plantações de café. Para isso criou a *Compañía Americana de Fomento Económico* - CAFE. E valeu-se de um misto de propaganda e má fé.

Conforme relata sua esposa, Maude Johnson (apud GOIRIS, 1999, p.252), em relação à propaganda: "el 'Time' de Nueva York publicó una fotografía del Presidente Stroessner con Johnson, en donde decía: 'Un

americano planta café en Paraguay y vende una parcela formada en 15.000 dólares'. Fue un verdadero alud, al poco tiempo recibía más de 1.000 cartas y dos cheques de 15.000 dólares cada uno. Tuvimos aquí, en un momento determinado, familias de americanos, viviendo en sus respectivas parcelas".

A má fé, de acordo com Goiris (1999, p.253), deve-se a fato de que "los compradores de parcelas, generalmente norteamericanos, eran engañados. En realidad, sus parcelas con plantaciones de café simplemente no existiam en el Amambay. Era un gran negociado. Cuando los propietarios venían a visitar sus parcelas, Mr. Johnson les mostraba la misma parcela cultivada que mostraba a todos los compradores".

Goiris (1999, p.251) assinala que a CAFE "llegó a poseer nada menos que 195.000 hectáreas, que las habría comprado de La Industrial Paraguaya". E cita o ex-funcionário da empresa, Raúl Valdéz: "La CAFE habría pagado apenas 1 dólar por hectárea a La Industrial Paraguaya. Sin embargo, al plantar el café en esas tierras Mr. Johnson vendía a 25.000 dólares la hectárea, particularmente a extranjeros. Fue un negociado". Não está claro se há alguma contradição de valores entre a parcela vendida a 15.000 dólares e o hectare vendido a 25.000 dólares. Todavía, acreditando-se que o hectare tenha sido comprado por um preço tão irrisório e que ainda por cima houve má fé na revenda das parcelas, tratou-se provavelmente de uma operação com vantagens não apenas para os Johnson, mas também aos eventuais facilitadores do negócio.

Não é de se estranhar que neste ambiente as sucessivas geadas que arrasaram as plantações de café tenham dado origem não apenas ao contrabando de madeira, mas principalmente ao cultivo ilícito de maconha (*marijuana*)⁵. Conforme relato de Alfonso Araújo (apud GOIRIS, 1999, pp.254-255): "La marihuana apareció al final, cuando la CAFE fue a la quiebra. La CAFE ya no pagaba, ya no tenía plata, pero nos decían para que esperáramos.

⁵ Conforme Brasil (2005, pp. 239-240): "Atualmente, o Departamento de Amambay é o maior produtor de maconha do Paraguai (mais de 70% do total) e grande parte desta economia é controlada por brasileiros. Não é aqui o lugar para detalhar a questão. Basta apontar para sua natureza contraditória (e conjuntural), pois ao mesmo tempo em que estimula o comércio urbano, gera empregos na área rural e financia atividades absolutamente legais nas cidades e no campo de vários estados brasileiros e paraguaios, fecha as portas a outros investimentos que poderiam estruturar de forma mais sustentável as interações transfronteiriças."

Una buena cantidad de empleados entonces, comenzaron a juntar tártago para poder vender y sobrevivir. Se plantaba tártago para sombra del cafeto. Por ahí, recuerdo, que salíamos a recorrer y llegamos una vez a la chacra de unos japoneses. Allí encontramos unas plantas desconocidas, dos o tres, y le preguntamos al japonés qué era esa planta y nos dijo: 'No, ese Paraguay no sabe, es comida japonesa'. Y así pasó, no le prestamos mayor interés. Varios años después 1977/78 más o menos, es cuando ya aquello se convirtió en lo que és hoy; fui a ver la planta de marihuana y allí recordé que aquella vez vimos en la chacra de aquel japonés, era la marihuana, cuando nadie conocía sus efectos tóxicos todavía".

Nas décadas seguintes essa área se notabilizou como principal porta de entrada no Brasil da maconha plantada no Paraguai e de parte da cocaína proveniente da Bolívia, Peru e Colômbia. Tráfico de armas e lavagem de dinheiro por meio de negociações fictícias de fazendas, bois e soja são outras atividades típicas nesta área de fronteira. Costumam ser apontados como expoentes desta guinada em direção ao narcotráfico o clã de Fahd Jamil Georges (o Turco), seguido por Fernandinho Beira-Mar (do Comando Vermelho – CV) e Nilton César (do Primeiro Comando da Capital – PCC), além de alguma colaboração com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARCes (SOUZA, 2006).

É importante destacar, no entanto, que apesar do destaque midiático essa área não se restringe ao tráfico de drogas tidas como ilícitas. A partir da década de 1970 avançam também os cultivos de soja, milho e trigo, como extensão da produção agrícola brasileira, e algum incremento na produção de mandioca. Somadas à ainda incipiente pecuária, essas atividades formam o quadro produtivo dos departamentos de Concepción e Amambay até que, na década de 1980, começa a ganhar importância o comércio de reexportação, sobretudo em Pedro Juan Caballero (RAMÍREZ, 2002, p.237).

Comércio de reexportação

Ponta Porã apresenta extensão territorial de 5.328,5 km² e conta com aproximadamente 70.000 habitantes, enquanto que Pedro Juan Caballero apresenta 5.678 km² e 88.020 habitantes. Estima-se que existam atualmente

cerca de 800 empresas em Pedro Juan Caballero, sendo 370 do tipo mercados, mercearias e armazéns, e 745 em Ponta Porã, cuja produção se divide em: roupas feitas e confecções em geral (10,6%); peças, acessórios, equipamentos e materiais elétricos para veículos (7,1%); armazéns, mercadinhos, mercearias ou empórios (6%); farmácias e drogarias (3%); produtos agropecuários em geral (2,3%); café, bares, botequins, casas de lanches (2%); calçados e artefatos de couro e produtos similares (1,7%) (LAMBERTI e MARTINS, 2010, pp.120-121).

O abastecimento se dá geralmente por representantes das importadoras, que se localizam em Assunção e Ciudad del Este, que fazem visitas regulares a Pedro Juan Caballero. A origem dos produtos é variada: Brasil, Japão, China, Coréia do Sul, Indonésia, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, entre outros. Já os consumidores se encontram majoritariamente nos estados brasileiros de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, cabendo ao consumo nas cidades locais apenas cerca de 5% em Pedro Juan Caballero e 10% em Ponta Porã (LAMBERTI e MARTINS, 2010, pp.121-122). Para o Brasil são importados produtos como carvão, aço, farinha de mandioca, alho, carne bovina, tijolos, madeiras, tubos plásticos, gordura animal, sementes e leite. Para o Paraguai são exportados do Brasil (especialmente da região Sudeste) suplementos minerais, pneumáticos, cerveja e bebidas em geral, calçados, cimento, materiais de construção, alimentos, produtos de limpeza, eletrodomésticos, óleos lubrificantes e produtos veterinários (LAMBERTI e MARTINS, 2010, p.126).

Em linhas gerais, a motivação maior do comércio de reexportação deriva dos distintos regimes tributários entre Brasil e Paraguai. Enquanto que no Brasil do século XX vigoraram tarifas externas com algum nível de proteção às atividades internas, o mesmo não se verifica no Paraguai. País este marcado também por reduzidas tributações internas, fazendo com que suas cidades fronteiriças se tornassem atrativas para os consumidores brasileiros e argentinos. Somam-se a esse quadro as recorrentes isenções tributárias oferecidas no Brasil às atividades exportadoras, o que serviu de estímulo para que produtores e comerciantes exportassem de fato ou simplesmente simulassem exportações para o Paraguai, isentando-se assim do pagamento

de impostos, com as referidas mercadorias em seguida sendo vendidas para consumidores brasileiros, geralmente em cidades fronteiriças, a preços mais reduzidos do que os cobrados no Brasil⁶.

A partir da década de 1960 quase toda a economia desta área passa a girar em torno do comércio fronteiriço. Contribui para esse quadro o Decreto Ley 25.937, de 1962, pelo qual os comerciantes pedrojuaninos conseguem a liberação aduaneira sobre mercadorias de procedência brasileira. Apolonio Giménez Benítez (apud GOIRIS, 1999, p.259) comenta: "Los productos tenían un descuento del 35 al 40%. La liberación del impuesto aduanero dió seguridad a la inversión, hubo un repunte económico. Con eso se hacía la competencia al comercio de Ponta Porã. Todos compraban productos aquí de Pedro Juan". Goiris (1999, p.259) explica que neste contexto "surgieron en Ponta Porã las famosas *exportadoras*, que no pasaban de escritorios *ad hoc*, creados para posibilitar las actividades de los *exportadores*. Se crearon alrededor de 300 exportadoras para aprovecharse de la retirada de dólares de la CACEX, órgano de comercio exterior del *Banco do Brasil*. Fue también el auge del contrabando a Asunción. Sin embargo, como se esperaba, en pocos años, desaparecieron más del 90% de las exportadoras. El Decreto Ley 25.937 fue derogado poco tiempo después de su promulgación".

Em 1971 Ciudad del Este torna-se a primeira Zona Franca Internacional paraguaia, de certa forma apresentando-se como alternativa às atividades desenvolvidas em Pedro Juan Caballero-Ponta Porã. Por outro lado, o avanço de Ciudad del Este resultou também em ajustes institucionais que favoreceram a consolidação do comércio de reexportação no Paraguai. Afinal, a partir da década de 1970 o comércio de reexportação passou a ser normatizado naquele país visando simplificação tributária. Destacam-se quatro etapas: 1972-1977 (Eclósión de Regímenes Aduaneros); 1978-1982 (Competencia

⁶ Conforme o Diagnóstico Departamental realizado pela Secretaria Técnica de Planificación da Presidência da República do Paraguai: "Es muy difusa la 'nacionalidad' de los amambayenses. Los tres únicos distritos son de frontera, y se tiene una mayoría de población urbana (cercana al 70%). Mientras los paraguayos envían a sus hijos a estudiar al Brasil, se atienden en los hospitales públicos y se divierten en los centros nocturnos de ese país, los brasileños cruzan al Paraguay para comprar ropas, comidas y artefactos electrónicos y a trabajar a nivel empresarial en los grandes cultivos, principalmente de soja. Así, los habitantes se hacen llamar 'fronterizos' y manejan indistintamente el español, portugués y guaraní." (PARAGUAY, 2007, p.51).

entre Regímenes Aduaneros y Nacimiento del Régimen de Turismo); 1983-1889 (Simplificación de Regímenes Aduaneros); e 1989-1991 (Ampliación de Listas del Régimen de Turismo). Esse processo favoreceu a fiscalização e a arrecadação, além de oferecer segurança jurídica aos comerciantes e compradores⁷.

Ainda assim, grande parte do comércio continuou não sendo registrado nem tributado. A interface com atividades tidas como ilícitas proporcionava atrativos para os cidadãos fronteiriços, que tratavam de adaptar seu cotidiano para lidar com as expressivas somas de dinheiro em circulação. Estimativas da Secretaria da Câmara da Indústria e Comércio de Pedro Juan Caballero apontam que em 1994 o comércio naquela cidade recebia em média 3.500 pessoas por dia, movimentando cerca de US\$ 1 milhão em vendas diárias. Cifras essas que seriam reduzidas nos anos seguintes antes de iniciar ligeiro processo de retomada a partir de 2003, quando passou a apresentar cerca de 1.200 pessoas e US\$ 250 mil por dia (LAMBERTI e MARTINS, 2010, p.119).

Evidentemente há uma séria dificuldade analítica decorrente da carência de dados e séries históricas com alguma credibilidade. Ainda assim os dados acima apresentados guardam coerência com os ciclos econômicos verificados no Brasil. Em 1994 é lançado o Plano Real visando controlar a inflação brasileira. Para tanto foram utilizados instrumentos recessivos como elevadas taxas de juros⁸ e taxas de câmbio artificialmente valorizadas⁹. Na década de 1980 o Brasil apresentou medíocres taxas de crescimento econômico. Mas naquela época o comércio (tido como lícito ou ilícito) com o Paraguai permitia

⁷ Nos últimos anos os recorrentes congestionamentos na Ponte da Amizade e a fiscalização mais rigorosa em Foz do Iguaçu do que em Ponta Porã têm levado alguns comerciantes e compradores a preferirem importar de Pedro Juan Caballero em detrimento de Ciudad del Este.

⁸ As taxas de juros elevadas, além de desestimular o investimento produtivo e o crescimento econômico, fizeram disparar a dívida interna brasileira, demandando nos anos seguintes gastos públicos anuais entre 5 e 10% do Produto Interno Bruto. Se não tivesse optado por pagar as taxas de juros mais elevadas do planeta, o Brasil poderia ter tido disponibilidade para investir, por exemplo, na infra-estrutura de transportes que ficou sucateada até a tímida retomada iniciada em 2006.

⁹ O real artificialmente valorizado no período 1994-1998 favorecia as importações destinadas ao Brasil e, portanto, as exportações paraguaias para aquele país. Com a maxi-desvalorização do real em 1999 essa situação se inverte, prolongando-se até 2002 um período de câmbio desestimulador para os produtos importados no Brasil. A situação só seria revertida a partir de 2003, com gradativa valorização do real, e a partir de 2005, com a moderada retomada do crescimento brasileiro.

ganhos ao proporcionar mecanismos destinados a burlar as tarifas externas que protegiam os produtos brasileiros frente à concorrência internacional. Na década de 1990 as taxas de crescimento brasileiras continuariam medíocres, agravadas agora pela acelerada abertura comercial que reduzia as vantagens específicas do comércio de reexportação com o Paraguai.

Outro fator a impactar o comércio de reexportação foi a criação do Mercosul em 1991. Por um lado, estreitaram-se os laços econômicos entre os países membros. Por outro lado, embora de forma gradativa e com extensas listas de exceções, o bloco comercial em questão pressupunha harmonização tarifária, o que significa a redução de tarifas de países como Brasil e Argentina e elevação (ou manutenção com efetiva cobrança) no Paraguai e Uruguai, tradicionalmente mais abertos comercialmente. Esse panorama carregou de incertezas as perspectivas para o comércio de reexportação entre Paraguai e Brasil, comércio este afetado também pela maior fiscalização que resultou no fechamento de agências bancárias acusadas de envolvimento com operações de lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Também impactaram negativamente as alterações nas cotas de produtos importados por brasileiros. Em 1992 o valor permitido era de até US\$ 500. Em 1996 esse valor caiu para US\$ 250 e em 1997 para US\$ 150, antes de subir, em 2005, para US\$ 300, valor este em vigor até o momento.

Ramírez (2002, p.241) aponta que as atividades econômicas do departamento de Amambay seguem o padrão dos demais departamentos paraguaios que fazem fronteira com o Brasil: crescimento graças às atividades de exportação agrícola, pecuária, florestal, e comércio de reexportação. O autor faz referência à Paraguay (2000), onde conclui-se que os departamentos fronteiriços paraguaios com Brasil e Argentina se desenvolveram historicamente mais rápido que os departamentos do interior do país, beneficiando-se do comércio com os vizinhos. Conforme apontam os autores, “una conclusión común en la literatura (...) es que la frontera se constituye en una barrera al desarrollo regional. En el caso del Paraguay, el fenómeno pareciera presentarse a la inversa (...)” (PARAGUAY, 2000, p.2) . A hipótese que os autores apresentam é de que “el desarrollo regional del Paraguay posee

mucha dinámica exógena y poca dinámica endógena” (PARAGUAY, 2000, p.2).

Diante deste quadro, consideram que “las regiones fronterizas pueden desarrollarse al influjo de las oportunidades que provienen de afuera, dejando de lado el tradicional pensamiento geopolítico tan arraigado en América Latina” (PARAGUAY, 2000, p.3). Goiris (1999, p.261) assinala, no entanto, que "Pedro Juan Caballero no debería concentrar todos sus esfuerzos únicamente en el comercio de importados, en el *turismo fronterizo*". Este autor, referindo-se ao departamento como um todo, sustenta que "las perspectivas futuras de la economía en el Amambay parecen concentrarse en la industrialización, particularmente en la actividad de pequeñas y medias empresas que trabajan la materia prima". Ramírez (2002, pp. 258-262) também aponta nesta direção ao sugerir potencialidades de diversificação produtiva para o departamento de Amambay, citando desde *balanceados* para alimentação de porcos, aves e pecuária até frigoríficos e plantas processadoras de frutas, hortaliças e derivados da mandioca, além de algum potencial turístico que destaque as especificidades históricas, culturais e naturais.

Considerações finais

Mundo afora se verifica a existência de atividades à margem dos sistemas legais, coordenadas ou não por redes mafiosas, que se fazem presentes nos centros urbanos a partir de conexões com áreas de fronteiras. Faltam-nos, no entanto, instrumentos teóricos e analíticos para melhor compreendermos a natureza e as conseqüências destas atividades. Diante da carência de dados e informações confiáveis, acaba-se tratando este tema como marginal. Uma espécie de variável exógena aos modelos teóricos. Postura esta que tem como resultado a ampliação do distanciamento entre as pesquisas acadêmicas e a realidade vivida pelas pessoas no dia-a-dia.

Na Fronteira Brasil-Paraguai são recorrentes, por exemplo, as apreensões de maconha. Existe demanda e oferta. Entre as duas, a proibição do consumo, da produção e da comercialização. Não seria mais sensato legalizar e tributar essa atividade? Por outro lado, a indústria do tabaco é legalizada nos dois

países. Mas dado que os impostos sobre cigarros são maiores no Brasil do que no Paraguai, esta acaba sendo uma das principais atividades de contrabando entre os dois países, com a presença de indícios de corrupção e violência tão ou mais freqüentes do que no caso da maconha. A solução, neste caso, passa possivelmente pela harmonização das alíquotas tributárias nos dois países, o que depende de acordos na escala nacional e entre os sócios do Mercosul.

Mas o desafio aqui não se resume à busca de soluções pontuais para esta ou aquela atividade. A questão crucial é entender que as áreas de fronteiras costumam apresentar distinções no arcabouço jurídico e econômico que acabam funcionando como estímulo para a obtenção de vantagens na estratégia cotidiana de sobrevivência. São áreas periféricas em relação aos centros políticos e econômicos dos seus respectivos países, mas por outro lado são áreas centrais na experimentação diária do processo de integração regional. Daí a importância que a centralidade do ilícito e das fronteiras se manifeste também a nível teórico e analítico. Não mais apenas como pretensa exceção à regra, mas sim como parte inerente à própria regra.

Muito há que se pesquisar, publicar e debater sobre essas questões. Neste artigo não propus nenhuma inovação teórica. Apenas procurei contribuir com a difusão da escassa e pouco acessível literatura sobre a Fronteira Brasil-Paraguai, particularmente no que se refere à formação das *ciudades-gêmeas* Ponta Porã-Pedro Juan Caballero. Trata-se de um trabalho voltado mais para a socialização da informação do que para a proposição de soluções teóricas ou práticas. Os pontos controversos envolvendo esta área, em particular aqueles ligados às atividades tidas como ilícitas, demandam atenção especial dos pesquisadores e formuladores de políticas públicas interessados no processo de integração regional sul-americana.

Brasil e Paraguai, com toda sua diversidade, atritos e perspectivas, representam talvez o que há de mais concreto no vasto campo de desafios da integração sul-americana. Um tido como gigante, rico e potente, apesar de cruelmente desigual. O outro representado como pequeno, pobre e impotente, apesar de romanticamente guarani. O primeiro, cantado em verso e prosa

como *país do futuro*. O segundo, saudosamente retratado como *país do passado*. Do encontro entre essas duas culturas muito se pode aprender.

Referências bibliográficas

BIANCHINI, Odaléa. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso, 1880-1940**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Grupo RETIS – IGEO/UFRJ. Brasília, 2005.

CANABRAVA, Alice. **O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

GOIRIS, Fabio. **Descubriendo La Frontera: historia, sociedad y política en Pedro Juan Caballero**. Ponta Grossa: INPAG, 1999.

LAMBERTI, Eliana e MARTINS, Patrícia. Pelotas: **Reexportação e turismo de compras na fronteira: o caso das cidades-gêmeas Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil)**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade**. Revista Território nº 8, 2000, pp. 9-29.

PARAGUAY. **Evaluación del rol de las regiones fronterizas en el proceso de desarrollo económico del Paraguay: tres estudios de casos**. Departamento de Economía Internacional, Banco Central del Paraguay. Asunción, 2000.

PARAGUAY. **Diagnóstico Departamental. XIII Departamento de Amambay**. Secretaría Técnica de Planificación de la Presidencia de la Republica. Asunción, 2007.

PENNER, Reinaldo. **Concepción: región fronteriza del norte**. In: BORDA, Dionisio y MASI, Fernando (orgs.). *Economías Regionales y Desarrollo Territorial*. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya – CADEP, 2002.

RAMÍREZ, Julio. **Amambay: evolución econômica y potencialidades agropecuarias y turísticas**. In: BORDA, Dionisio y MASI, Fernando (orgs.). *Economías Regionales y Desarrollo Territorial*. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya – CADEP, 2002.

SOUZA, Percival de. **O Sindicato do Crime. PPC e Outros Grupos.** São Paulo: Ediouro, 2006.